

JUSTIFICATIVA

De acordo ao exposto no inciso XVI do art. 20 da Constituição Estadual, tal procedimento é previsto nas atribuições legislativas inerentes ao mandato do deputado estadual.

Por todo o exposto, tal medida carece ser explicitada, onde urgem providências os totais esclarecimentos por parte do Senhor Secretário quanto às nossas indagações formuladas neste requerimento.

Sala das Sessões, em 15/4/2015.

a) André do Prado

REQUERIMENTOS

ROBERTO MASSAFERA

540/2015

Propõe voto de congratulações pelo aniversário do município de TABATINGA.

541/2015

Propõe voto de congratulações pelo aniversário do município de COLINA.

542/2015

Propõe voto de congratulações pelo aniversário do município de BOTUCATU.

543/2015

Propõe voto de congratulações pelo aniversário do município de CATANDUVA.

544/2015

Propõe voto de congratulações pelo aniversário do município de IACANGA.

REQUERIMENTO Nº 545, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 35 combinado com o § 4º do artigo 90 da XIV Consolidação do Regimento Interno, a constituição de uma Comissão de Representação, a fim de participar da "22ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação - Agrishow 2015", que acontecerá em Ribeirão Preto - SP, nos dias 27 de abril a 01 de maio do corrente ano.

JUSTIFICATIVA

A participação do parlamentar no evento é de extrema importância visto que a Feira é um palco do sucesso do agro-negócio brasileiro reunindo pequenos, médios e grandes fabricantes do setor.

A Agrishow é uma das maiores e mais completas feiras de tecnologia agrícola do mundo, e a presença da Assembleia Legislativa no evento é importante para se conhecer melhor as tendências do setor e trazer o debate para esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15/04/2015.

a) Welson Gasparini a) Ramalho da Construção a) Cauê Macris a) Paulo Correa Junior a) Jooji Hato a) Luis Carlos Gondim a) Campos Machado a) Milton Leite Filho a) Marcio Camargo a) Helio Nishimoto a) Abelardo Camarinha a) Fernando Cury a) Roberto Tripoli a) Jorge Caruso a) Gileno Gomes a) Gilmaci Santos a) Raul Marcelo

REQUERIMENTO SOLICITANDO LICENÇA

RAMALHO DA CONSTRUÇÃO, nos termos do artigo 84, Inciso III, combinado com o artigo 87 da XIV Consolidação do Regimento Interno, no período de 20 a 23/04/2015.

INDICAÇÕES

ANDRÉ DO PRADO

571/2015

Indica ao Sr. Governador o fornecimento de fraldas descartáveis aos hipossuficientes portadores de doença ou deficiência que cause incontinência.

EMENDAS

EMENDA Nº 1, AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 22, DE 2015

Acrescente-se ao Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2015, o seguinte artigo 3º e parágrafo único, renumerando-se os demais:

"Art.3º - Os cargos criados no artigo anterior deverão ser vinculados às atividades estabelecidas na área de atuação do artigo 1º desta Lei."

"Parágrafo único - Nos termos do artigo 61, II, da Lei Federal 8.625 de 1993, poderão ser mantidos nas suas funções, os Promotores de Justiça, que já desempenham atividades no Combate à Violência Doméstica e de Gênero: repressão e prevenção da criminalidade de gênero no âmbito doméstico e fiscalização e acompanhamento das políticas públicas respectivas."

JUSTIFICATIVA

Tal Emenda tem a finalidade de garantir que os cargos de Promotores Públicos criados sejam para desenvolver suas atividades junto à específica área de atuação criada neste Projeto de Lei, a fim de que não restem dúvidas na interpretação do texto legal. E ainda, pretende possibilitar a permanência dos Promotores de Justiça que já atuam naquela área, com o objetivo de manutenção das conquistas e garantia de reconhecimento de mérito, em razão dos relevantes resultados positivos. Evitando-se desta forma, que a população beneficiada sofra eventuais retrocessos durante o processo de ingresso dos novos Promotores de Justiça, resultante de eventual período de adaptação a esta específica e necessária área de trabalho do Ministério Público ora criada.

Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/04/2015

a) Clélia Gomes

EMENDA Nº 2, AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 22, DE 2015

Artigo 1º - O artigo 295 da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993, passa a vigorar acrescido do inciso XVII, com a seguinte redação:

"Artigo 295 - (...)

XVII - Promotor de Justiça de Combate à Violência Doméstica e de Gênero: repressão e prevenção da criminalidade de gênero no âmbito doméstico, fiscalização e acompanhamento das políticas públicas respectivas e promoção de ações visando a expansão dos julgados e varas de violência doméstica e de gênero;" (AC)

JUSTIFICATIVA

Segundo informações do Tribunal de Justiça de São Paulo atualmente, há sete unidades instaladas na Capital. A primeira, no Foro Central, localizada no Fórum Ministro Mário Guimarães e, as demais instaladas nas Regiões:

Norte, localizada no Foro Regional de Santana,

Sul 1, localizada no Foro Regional de Vila Prudente,

Sul 2, localizada no Foro Regional do Butantã até a instalação do Foro Regional de Capela do Socorro,

Leste 1, localizada no Foro Regional da Penha de França;

Leste 2, localizada no Foro Regional de São Miguel Paulista, e,

Oeste, localizada no Foro Regional do Butantã.

Em outros municípios: Guarulhos, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Sorocaba e Suzano foram instaladas varas ou anexas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Esse atendimento jurisdicional está muito deficitário para o atendimento da realidade e necessidade de acesso à justiça às vítimas de violência do Estado de São Paulo, motivo pelo qual se propõe a presente emenda.

Sala das Sessões, em 15/4/2015.

a) Beth Sáhão

EMENDA Nº 3, AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 22, DE 2015

Dê-se ao Artigo 2º do artigo do Projeto de lei em epígrafe a seguinte redação:

Artigo 2º - Ficam criados nos quadros do Ministério Público do Estado de São Paulo 30 (trinta) cargos de Promotor de Justiça de entrância final, referência VI, nos termos do artigo 7º da Lei Complementar nº 981, de 21 de dezembro de 2005, os quais serão dirigidos exclusivamente à promotoria de Justiça de Combate à Violência Doméstica e de Gênero.

JUSTIFICATIVA

Consoante dispõe o art. 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 863/1999, a lei, e consequentemente seu projeto antecessor, deve ser estruturado em três partes distintas:

Art. 3º. A lei será estruturada em três partes:

I – parte preliminar, compreendendo a epígrafe, a ementa e a fórmula de promulgação;

II – parte normativa, compreendendo o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada;

III – parte final, compreendendo as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo, as disposições transitórias, se for o caso, a cláusula de vigência, a cláusula financeira e a cláusula de revogação, quando couberem.

(...)

§2º. A ementa resumirá com clareza e precisão o conteúdo do ato, devendo, se alterar norma em vigor, fazer referência ao número e ao objeto desta.

Data maxima venia, não é, contudo, o que se extrai da redação do PLC nº. 22/2015, senão vejamos.

Primeiramente, tem-se que a ementa do indigitado PLC dispõe que o mesmo "Acrescenta inciso ao artigo 295 da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993 - Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, criando a Promotoria de Justiça de Combate a Violência Doméstica e de Gênero e dá outras providências."

De fato, o artigo primeiro do referido projeto insere o inciso XVII ao artigo 295 da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993, criando a figura do "Promotor de Justiça de Combate à Violência Doméstica e de Gênero: repressão e prevenção da criminalidade de gênero no âmbito doméstico e fiscalização e acompanhamento das políticas públicas respectivas";, o qual, note-se, é o objeto do PLC, nos termos do quanto transcrito em sua ementa, em obediência ao preceito legal contido no inciso I e no §2º, do art. 3º. Da Lei Complementar Estadual nº. 863/1999, transcrito alhures.

Não obstante, tem-se que o artigo 2º do PLC nº. 22/2015 cria 30 cargos de Promotor de Justiça em entrância final sem vinculá-los à Promotoria criada nos termos de seu artigo 1º, veja-se:

Artigo 2º - Ficam criados nos quadros do Ministério Público do Estado de São Paulo 30 (trinta) cargos de Promotor de Justiça de entrância final, referência VI, nos termos do artigo 7º da Lei Complementar nº 981, de 21 de dezembro de 2005.

Desta forma, verifica-se o vício técnico legislativo consequente da desconexão entre o quanto disposto no artigo 1º e no artigo 2º do mesmo PLC, o que implica, assim, em violação ao disposto no art. 8º, caput, da Lei Complementar Estadual nº. 863/1999, abaixo transcrito, in verbis:

Art. 8º. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica:

(...)

III – para obtenção de ordem lógica:

a) reunir sob as categorias de agregação – subseção, seção, capítulo, título e livro – apenas disposições relacionadas com o objeto da lei;

Destarte, a primeira conclusão é a de que não pode um mesmo PLC tratar de dois assuntos diversos, quais sejam, criação da Promotoria de Justiça de Combate a Violência Doméstica e de Gênero e criação de 30 (trinta) cargos de Promotor de Justiça de entrância final, haja vista que, consoante a ementa, o objetivo do mesmo é somente inserir inciso no art. 295, da Lei Orgânica do Ministério Público.

Desta feita, a fim de corrigir o erro redacional que acomete o Projeto de Lei Complementar nº. 22, de 2015, impositivo se faz que os cargos de Promotor de Justiça em entrância final sejam vinculados à Promotoria de Justiça de Combate à Violência Doméstica e de Gênero.

A vinculação se faz necessária, ainda, a fim de cumprir a o dever de justificar-se de forma hábil a criação de 30 (trinta) novos cargos nos cargos do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Acerca da criação dos novos cargos, a Justificativa trazida no bojo da proposição afirma:

"Proponho, ainda, a criação de 30 (trinta) novos cargos classificados em entrância final, que serão - paulatinamente destinados às novas e imprescindíveis necessidades de aprimoramento da atuação institucional, sem descurar dos limites orçamentários e das projeções decorrentes da presente iniciativa, que encontra amparo nos estudos de impacto realizados com fundamento no art. 16 da lei de Responsabilidade Fiscal."

Veja-se que, na redação original, indigitados cargos não são expressamente relacionados à Promotoria criada pelo Artigo 1º da propositura, de forma que, nos termos transcritos, uma vez criados, poderiam ser empenhados, a critério do proponente - na qualidade de entrância final - na forma e nos prazos que se mostrarem, paulatinamente, convenientes.

A Justificativa é requisito obrigatório à toda proposição legislativa, posto que imprescindível a manutenção da democracia, mormente quando diz respeito à criação de cargos públicos.

Nesse sentido, valemo-nos do entendimento doutrinário:

"(...) No âmbito da elaboração das leis, há três regras de procedimento que concretizam os princípios que se extraem do Estado Democrático de Direito: 1) maioria; 2) participação; 3) publicidade. O princípio democrático impõe requisitos básicos de elaboração das leis, quais sejam, que a lei seja manifestação da maioria do Parlamento, e sempre que durante sua formação seja garantido a participação dos sujeitos interessados em um procedimento público. Há conexão, pois, entre o procedimento legislativo com o princípio democrático, já que indispensáveis as regras da maioria, da participação e da publicidade.

Na concepção de Rogério Soares, 'torna-se necessário, para canalizar todo o sistema de tensões que descarregam sobre o órgão parlamentar e sobre a função legislativa, uma regulamentação na feitura das leis, pelo que é indispensável que o projeto de criação das leis, ou seja, o procedimento legislativo, se vá dotar de meios que, em primeiro lugar, garantam uma larga recolta de informações materiais sobre a situação a dominar e sobre os resultados a obter, o que implica o recurso a um amplo quadro de técnicos, para fornecer, neste estágio, soluções não políticas; e, sem segundo lugar, que garantam a captação de um leque de perspectivas tão variadas quanto quanto variado for o pluralismo da sociedade a que pretendem responder; que, em terceiro lugar, fomentem e mantenham a publicidade das deliberações, para facilitar o controle real pela opinião pública e abrir a possibilidade de uma retroação sobre os outros elementos.

As normas jurídicas, para que possam atender ao princípio democrático, deverão, como se afirmou, ser dotadas de determinados atributos, quais sejam, precisão ou determinabilidade, clareza e densidade, (...)

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Tecnica Legislativa. Minas Gerais: Del Rey, 2007, p. 8)

Inexiste, dessa forma, determinabilidade, clareza e densidade, no quanto dispõe o art. 2º do PLC nº. 22/2015, uma vez que o mesmo não elucida que os cargos serão submetidos à promotoria criada pelo artigo 1º.

De outra monta, existe total pertinência em atribuir-se os cargos criados pelo artigo 2º à Promotoria criada no artigo 1º do PLC nº. 22/2015, ainda mais tendo em vista a fatídica realidade que relata a desumana e exorbitante quantidade de casos de violência doméstica diariamente registrados no Estado de São Paulo, mormente nas comarcas de entrância final, mais populosas, cotejado ao fato do objetivo da Promotoria de Justiça de Combate à Violência Doméstica ser a "repressão e prevenção da criminalidade de gênero no âmbito doméstico e fiscalização e acompanhamento das políticas públicas respectivas".

Ante o exposto, não resta alternativa diversa do que ver-se modificado o teor do artigo 2º do Projeto de Lei Complementar nº. 22/2015, vinculando os cargos criados à Promotoria de Justiça de Combate a Violência Doméstica e de Gênero.

Sala das Sessões, em 15/4/2015.

a) Luiz Fernando

EMENDA Nº 4, AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 22, DE 2015

Para acrescentar parágrafo único ao Artigo 2º:

Parágrafo Único – Os supra referidos cargos de Promotor de Justiça de entrância final, referencia VI serão destinados à área de atuação de Combate à Violência Doméstica e de Gênero.

JUSTIFICATIVA

Não há óbice algum à propositura, que cria a atribuição de promotor de justiça de combate à violência doméstica e de gênero.

De fato, é necessário e urgente, além de oportuno e conveniente, a criação de área de atribuição no Ministério Público para este combate

Em seu art. 2º., o projeto em exame cria 30 cargos de Promotor de Justiça de entrância final, referencia VI porém não há menção à destinação dos referidos 30 cargos.

É preciso que a lei destine os cargos que cria para a área de atribuição que igualmente cria – em outras palavras: não basta criar a atribuição, é preciso estruturar o combate à violência doméstica e de gênero.

Posto que o artigo 2º. é omisso quanto à destinação dos cargos criados, a presente emenda é para suprir esta deficiência, destinando os cargos criados à novo atribuição igualmente criada. É isto o que garante a presente proposta de emenda.

Sala das Sessões, em 15/4/2015.

a) Geraldo Cruz

EMENDA Nº 5, AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 22, DE 2015

Para alterar o Artigo 1º para que conste:

Artigo 1º - O artigo 295 da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993, passa a vigorar acrescido do inciso XVI, com a seguinte redação:

"Artigo 295 - (...)

XVI - Promotor de Justiça de Combate à Violência Doméstica e de Gênero: repressão e prevenção da criminalidade de gênero no âmbito doméstico e fiscalização e acompanhamento das políticas públicas respectivas;" (AC)

JUSTIFICATIVA

Não há óbice algum à propositura, que cria a atribuição de promotor de justiça de de combate à violência doméstica e de gênero.

No entanto, a numeração do inciso está errada.

Hoje o artigo 295 da Lei Complementar 734/1993 está assim estabelecido:

Artigo 295 - Aos cargos especializados de Promotor de Justiça, respeitadas as disposições especiais desta lei complementar, são atribuídas as funções judiciais e extrajudiciais de Ministério Público, nas seguintes áreas de atuação:

I - Promotor de Justiça de Falências: falências e concordatas, insolvência e liquidação de instituições financeiras, de crédito, de distribuição de títulos ou valores mobiliários no mercado de capitais, sejam situações jurídicas de natureza civil ou criminal;

II - Promotor de Justiça de Acidentes do Trabalho: relações jurídicas de natureza acidentária, inclusive para defesa dos interesses difusos ou coletivos relacionados com o meio ambiente do trabalho;

III - Promotor de Justiça de Família: relações jurídicas de direito de família e das sucessões;

IV - Promotor de Justiça da Infância e Juventude: proteção integral da criança e do adolescente, bem como as relações jurídicas decorrentes de seu regime jurídico especial, desde que de competência da Justiça da Infância e da Juventude;

V - Promotor de Justiça de Registros Públicos: relações jurídicas de natureza preponderantemente registrária e nos feitos de usucapião e de habilitação de casamento;

VI - Promotor de Justiça do Meio Ambiente: defesa dos interesses difusos ou coletivos relacionados com o meio ambiente e outros valores artísticos, históricos, estéticos, turísticos e paisagísticos;

VII - Promotor de Justiça do Consumidor: defesa dos interesses difusos ou coletivos relacionados com o consumidor;

VIII - Promotor de Justiça de Mandados de Segurança: mandados de segurança, ações populares, "habeas data" e mandados de injunção ajuizados na primeira instância;

IX - Promotor de Justiça do Patrimônio Público e Social: defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social;

X - Promotor de Justiça de Habitação e Urbanismo: defesa de interesses difusos ou coletivos nas relações jurídicas relativas a desmembramento, loteamento e uso do solo para fins urbanos;

XI - Promotor de Justiça de Execuções Criminais: a execução penal e a fiscalização de estabelecimentos prisionais;

XII - Promotor de Justiça dos Tribunais do Júri: procedimentos e processos de competência do órgão jurisdicional respectivo;

XIII - Promotor de Justiça Militar: procedimentos e processos de competência do órgão jurisdicional respectivo.

XIV - Promotor de Justiça de Direitos Humanos: garantia de efetivo respeito dos Poderes Públicos e serviços de relevância pública aos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, e, notadamente, a defesa dos interesses individuais homogêneos, coletivos e difusos dos idosos, das pessoas com deficiência, e da saúde pública; (NR)

XV - Promotor de Justiça de Repressão à Sonegação Fiscal: crimes contra a ordem tributária, bem como a promoção de ação civil tendo por objeto ato ou decisão administrativos atentatórios à ordem tributária.

Não há inciso XVI no art. 295, e portanto é este que deve ser acrescido pelo presente projeto de lei.

O PLC 01/2012 pretendia acrescentar um inciso XVI ao art. 295, porém não foi votado até o momento, constando desde 18.05.2012 pronto para a ordem do dia, conforme consta no link http://al.sp.gov.br/propositura/?id=1064263.

Para corrigir o inciso a ser acrescido é que se apresenta a presente emenda.

Sala das Sessões, em 15/4/2015

a) Geraldo Cruz

Atos Administrativos

DECISÕES DA MESA

DE 15/04/2015

EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

ELIANE OLINDA SERAFIM, RG nº 174951395, matrícula nº 14122, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR V, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011.

(Decisão nº 3122/2015);

FABIANA ANGELIM LEITE CAMISA NOVA, RG nº 24140910X, matrícula nº 20849, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR IV, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011.

(Decisão nº 3123/2015);

EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978, DIOGO FERNANDO SERRANO FERREIRA, RG nº 32510021, do cargo que vem exercendo, em comissão, de AGENTE DE SEGURANÇA PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão nº 3153/2015);

NOMEANDO, nos termos do inciso II do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978, em virtude de aprovação em concurso público:

IZABELLE FIALHO LINHARES, RG nº 487902488, para, em Jornada Completa de Trabalho, exercer, em caráter efetivo, o cargo de Técnico Legislativo, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 19 da Resolução Nº 878/12, em vaga decorrente da aposentadoria de ROSENETE CORREA BARCELAR CARVALHO.

(Decisão nº 3124/2015);

NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

DIOGO FERNANDO SERRANO FERREIRA, RG nº 32510021, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR IV, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga criada pela referida Lei.

(Decisão nº 3125/2015);

EDUARDO SANTOS PEREIRA, RG nº 42928938-8, para exercer, em comissão, o cargo de AUXILIAR PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de SUELI APARECIDA SELLER.

(Decisão nº 3126/2015);

EDUARDO SILVA NICOLAU DE SOUZA, RG nº 44805651-3, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de LISMARA LUCAS DAS CHAGAS.

(Decisão nº 3127/2015);

ELIANA MARA SOARES, RG nº 9967613-8, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE LEGISLATIVO I, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de JOSIANE RIBEIRO MUNIZ DE CERQUEIRA, ficando exonerado do cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR VII na data de sua posse.

(Decisão nº 3128/2015);

ÉRIC LUCKE, RG nº 27730981-5, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR IV, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de FABIANA ANGELIM LEITE CAMISA NOVA.

(Decisão nº 3129/2015);

GLAUCO VINICIUS LOPES, RG nº 292605006, para exercer, em comissão, o cargo de AGENTE DE SEGURANÇA PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de DIOGO FERNANDO SERRANO FERREIRA.

(Decisão nº 3130/2015);

GLENDA GONÇALVES SANTOS, RG nº 50165000-3, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR VII, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de CLAUDIA ARCOVERDE FORNACIALI, ficando exonerado do cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR I na data de sua posse.

(Decisão nº 3131/2015);

JONATAN SANTOS DE OLIVEIRA, RG nº 35030685, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR I, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de NILSON SILVA DOS SANTOS, ficando exonerado do cargo de AGENTE DE SEGURANÇA PARLAMENTAR na data de sua posse.